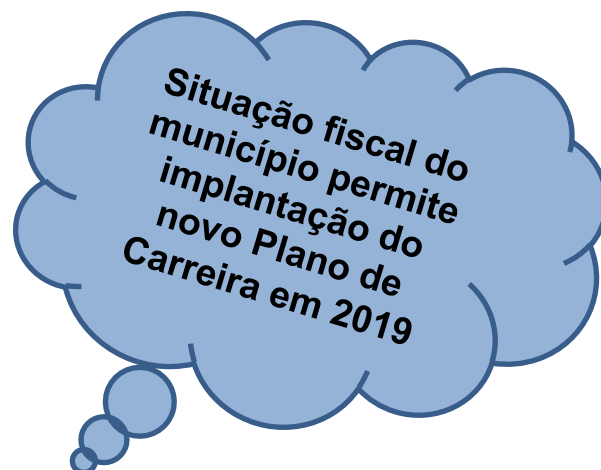




ESTUDO TÉCNICO

Análise fiscal do município de São Francisco do Sul e a viabilidade fiscal para reestruturação do Plano de Cargos e Salários em 2019



**ELABORAÇÃO: Assessoria Econômica em Gestão Pública e
Negociação Coletiva - Sindicato dos Servidores - SFS**

São Francisco do Sul, março de 2019

SINDICATO DOS TRABALHADORES NO SERVIÇO PÚBLICO DE SÃO FRANCISCO DO SUL

DIRETORIA EFETIVA

PRESIDENTE: JOSÉ ARALDO BATISTA

Vice – Presidente: Maria Aparecida

Secretario: Leonilza Borba

Secretario: Josiel Passos

Tesoureiro: Darlan Cidral

Tesoureiro: Alfredo Araújo

Diretor Trabalhista : Viviane Amaral

Suplente: Maria Claudia

Suplente: Eduardo Paiva

Suplente: Laura Klueger

Suplente: Elias José

Suplente: Pamela Siqueira

Suplente: Kátia Borba

Conselho Fiscal: Maria Thelma

Conselho Fiscal: Giovanni Lemos

Conselho Fiscal: Fabio Linhares

Conselho Fiscal: Aristeu Partica

Conselho Fiscal: José Soares

Conselho Fiscal: Marilda Raquel

Delegado: Sérgio Renato

Delegado: Luiz Claudio

ELABORAÇÃO:

**SINDICATO-SFS/ASSESSORIA ECONÔMICA E EM GESTÃO PÚBLICA E
NEGOCIAÇÃO COLETIVA**

RESPONSÁVEL TÉCNICO:

JOÃO BATISTA DE MEDEIROS

Assessor e Consultor Econômico em Gestão Pública e Negociação Coletiva

Pós-graduado com Mestrado em Gestão Urbana

Pós-Graduado com Especialização em Gestão Pública

Pós-Graduado com Especialização em Ensino Superior

Bacharel em Ciências Econômicas

Graduado em Gestão Pública

Professor Universitário



SUMÁRIO

	Introdução	6
1	Análise da Receita Corrente Líquida e principais tributos	6
1.1	Desempenho das Receitas Tributárias	7
1.2	Receitas Transferências Constitucionais	7
1.3	Receitas de Fundos Constitucionais e outras receitas	8
2	Despesa Total com Pessoal e Comprometimento LRF	9
3	Receita FUNDEB e despesas com pessoal da educação	17
4	Evolução das despesas constitucionais com saúde	21
5	A situação da dívida consolidada e restos a pagar	22
6	Estimativa de impacto fiscal com aplicação do reajuste salarial da data-base	23
6.1	Estimativa fiscal com aplicação do índice de reajuste da data-base de 2019	23
7	Estimativa de impacto fiscal para a implementação da reestruturação do plano de carreira	25
	Conclusão	28

LISTA DE QUADROS

1	EVOLUÇÃO DA RCL E DA DTP 3º QUADRIMESTRE: comparativo 2015 a 2016	10
2	EVOLUÇÃO DA RCL E DA DTP 3º QUADRIMESTRE: comparativo 2016 a 2017	10
3	EVOLUÇÃO DA RCL E DA DTP 3º QUADRIMESTRE: comparativo 2017 a 2018	10
4	EVOLUÇÃO DAS PRINCIPAIS RECEITAS PRÓPRIAS: 2016 - 2017	11
5	EVOLUÇÃO DAS PRINCIPAIS RECEITAS PRÓPRIAS: 2017 - 2018	12
6	EVOLUÇÃO DAS PRINCIPAIS RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS: 2016 - 2017	13
7	EVOLUÇÃO DAS PRINCIPAIS RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS: 2017 - 2018	13
8	EVOLUÇÃO DE OUTRAS RECEITAS: 2016 - 2017	14
9	EVOLUÇÃO DE OUTRAS RECEITAS: 2017 - 2018	15
10	EVOLUÇÃO DAS RECEITA E DESPESAS COM MDE COM DESTAQUE PARA O FUNDEB: 2017 E 2018	18
11	EVOLUÇÃO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE: 2016 E 2017	21
12	ESTIMATIVA DE REPOSIÇÃO SALARIAL NO CRESCIMENTO NA RCL E DESPESA COM PESSOAL	24
13	ESTIMATIVA DA IMPLEMENTAÇÃO DO PCS NO CRESCIMENTO NA RCL E DESPESA COM PESSOAL	27

LISTA DE GRÁFICOS

1	Evolução monetária (R\$) da Receita Corrente Líquida	10
2	Evolução percentual (%) da Receita Corrente Líquida - RCL	11
3	Evolução Receitas Tributárias: 2014 a 2018 - R\$	12
4	Evolução Receitas de Transferências: 2014 a 2018 - R\$	14
5	Evolução Outras Receitas: 2014 a 2018 - R\$	15
6	Evolução monetária da Despesa com Pessoal - DP	16
7	Evolução percentual (%) da Despesa com Pessoal	16
8	Evolução do comprometimento da Despesa com Pessoal sobre a Receita Corrente Líquida	17
9	Comprometimento percentual despesa com pessoal na receita FUNDEB - (60%)	19
10	Comprometimento FUNDEB (100%) na despesa com pessoal	19
11	Comparativo receitas e despesas FUNDEB	20
12	Aplicação constitucional do mínimo de 25% da receita líquida com educação %	20
13	Aplicação constitucional com limite de mínimo de 15% da receita líquida - %	22
14	Comparativo do comprometimento da DP na RCL da proposta de reajuste aprovada na data-base	25
15	Estimativa de impacto comprometimento fiscal do Plano de Cargos e Salários: DP e RCL na LRF	27

Análise fiscal do município de São Francisco do Sul e a viabilidade fiscal para reestruturação do Plano de Cargos e Salários em 2019

Introdução

Como forma de contribuir para a negociação coletiva salarial da data-base de março de 2019 no município de São Francisco do Sul, bem como para analisar a possibilidade fiscal do município para implementação da reestruturação do Plano de Cargos e Salários (PCS). O presente estudo procura instigar nos últimos anos, a evolução de alguns indicadores fiscais. Primeiramente se analisa o desempenho da Receita Corrente Líquida (RCL), com destaque para as principais receitas tributárias e de transferências. Na sequência a evolução da Despesa Total com Pessoal (DTP). Na terceira parte se destaca o Comprometimento percentual da DTP na RCL, observando os limites previstos na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Na parte seguinte analisa-se simulações da negociação coletiva. Em seguida no quarto item se observa o comportamento dos principais indicadores fiscais com a manutenção e desenvolvimento da educação. No item que segue o foco consiste em observar os principais indicadores de execução orçamentária com saúde no município. No sexto item são verificados alguns indicadores de endividamento do município. A parte que segue estabelece uma breve análise sobre a viabilidade para a implantação do PCS. Na sequência uma conclusão geral.

1. Análise da Receita Corrente Líquida e principais tributos

A análise fiscal da evolução das receitas é realizada no período de 2014 a 2018, porém se dará destaque para os três últimos anos, em virtude do foco pretendido no presente estudo. Assim, com base nas informações apresentadas nas tabelas e gráficos que fazem parte da presente análise, verifica-se o crescimento de 10,12% na **RCL** no ano de 2018. O que representa crescimento com significativa melhora de desempenho, frete ao verificado em anos anteriores: com 8,06% em 2017 e 5,42% em 2016.

Em termos de valores a **RCL** alcançou, em 2016, o montante de R\$ 199.353.659,92, sendo que no ano de 2018 o valor resultou em R\$ 237.207.045,14. As informações demonstram sustentabilidade no crescimento da RCL, sendo que o sinal positivo no município de São Francisco do Sul destoa do quadro conjuntural econômico nacional, que a partir de 2016 vem apresentado evidentes sinais estagnação com queda recessiva do nível de produção nacional, agravado por índices de desemprego nacional de acima de 10% ao mês (ver quadros 1, 2 e 3; gráficos 1 e 2).

1.1. Desempenho das Receitas Tributárias

No ano de 2018 a evolução das Receitas Tributárias, que participam em 23,63% na composição da Receita Corrente Total (RCT), apresentou crescimento 5,25%. O destaque em relação ao verificado em anos anteriores fica para o Imposto Predial e Territorial Urbano (**IPTU**) com crescimento de 33,93%, totalizando o montante arrecadado de R\$ 9.808.176,04, com participação na RCT que pode ser melhorada de 3,71%. O Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (**ISS**) aumentou em 1,74%, com valor arrecadado de R\$ 39.194.221,19, reduzindo nível de crescimento na trajetória histórica verificada nos últimos três anos. O Imposto de Renda Retido na Fonte (**IRRF**), originário da folha de pagamento de todos os servidores e Agentes Públicos que por preceito constitucional permanece como receita dos municípios, aumentou em 19,92% (ver quadros 4 e 5; gráfico 2).

1.2. Receitas Transferências Constitucionais

As Receitas Correntes de Transferências Constitucionais, com participação em 69,50% na Receita Corrente Total, aumentaram 15,21%, alcançando o montante de R\$ 183.634.276,58, em 2018. Em termos de valor arrecadado, o Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de

Comunicação (**ICMS**), com participação de 28,71% na composição da RCT, aumentou em 28,71%, resultando no valor arrecadado de R\$ 75.863.163,74, em 2018. O imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (**IPVA**), apresentou com crescimento de 13,53%, com resultado arrecadado de R\$ 4.477.688,03 (ver quadros 6 e 7; gráfico 3).

1.3. Receitas de Fundos Constitucionais e outras receitas

No que concerne às receitas provenientes de Fundos Constitucionais, umas das principais receitas é o Fundo de Participação dos Municípios (**FPM**), com participação de 9,37% na RCT, cresceu 6,74% em 2018, somando no ano o montante de R\$ 24.764.166,26. Outra receita importante consiste no Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (**FUNDEB**), receita exclusiva para despesas em educação principalmente no pagamento dos vencimentos dos profissionais do magistério, com participação de 9,97% na RCT, apresentou crescimento de 8,41%, resultando no valor arrecadado de R\$ 26.336,004,25, em 2018 (ver quadros 6, 7 e 8; gráfico 4). Outra receita de importância singular no Município de São Francisco do Sul consiste **Cota-Parte dos Royalties de Petróleo** previsto na Artigo 49 da Lei 9.478/97, com participação de 8,76% na RCT, apresentou crescimento de 88,29% no ano de 2018, somando o montante anual de R\$ 23.140.672,84, crescimento explicado pela recuperação do preço mundial do barril de petróleo (ver quadros 6 e 7; gráfico 4).

Dentre as denominadas **Outras Receitas** a mais importante consiste na **Receita de Contribuições**, com participação de 4,17% na RCT, aumentou em 4,91% alcançando o montante de R\$ 11.023.788,67 em 2018, tendo como principal protagonista as receitas oriundas da Contribuição para o Custeio da Iluminação Pública. Outra receita de destaque consiste na **Receita Patrimonial**, com participação de 1,64% da RCT, apresentou inflexão de (9,73%) em 2018. A **receita de serviços** a partir de 2015 passou a ter pouca relevância na estrutura de receitas do município, fato explicado pela venda da concessão da Águas de São Francisco, sendo que em 2014 o valor arrecadado

em Receita de Serviços alcançou R\$ 10.844.843,63, passando o ano seguinte para R\$ 685,26 (ver quadros 8 e 9; gráfico 5).

2. Despesa Total com Pessoal e Comprometimento LRF

No que concerne a Despesa Total com Pessoal (DTP) constata-se trajetória sustentável de crescimento nos anos de 2017 e 2018. No ano de 2017 a DTP cresceu 3,29%, sendo que no exercício fiscal de 2018 alcançou a taxa de crescimento 14,87%. Em valores da DTP, no ano de 2017, resultou no montante de R\$ 90.792.021,48. No ano de 2018 o valor DTP alcançou o montante de R\$ 104.289.244,11 (ver quadros 1, 2 e 3; gráficos 6 e 7).

A análise do índice de comprometimento fiscal da Despesa Total com Pessoal (DTP) na Receita Corrente Líquida (RCL), conforme previsto na LRF verifica-se estabilidade com sustentabilidade do percentual de comprometimento observado nos anos de 2017 e 2018. Sendo que o comprometimento resultou em 42,15% em 2017, finalizando o ano de 2018 em 43,97%. Cabe destacar que o limite prudencial previsto na LRF é de 51,3%, com o limite máximo previsto na LRF de 54%. Assim, podemos afirmar uma situação fiscal muito confortável no município no que concerne aos indicadores fiscais de comprometimento da DTP na RCL (ver quadros 1, 2 e 3; gráfico 8).

QUADRO 1			
EVOLUÇÃO DA RCL E DA DTP 3º QUADRIMESTRE: comparativo 2015 a 2016 - Município de São Francisco do Sul			
Discriminado	Jan/2015 a Dez/2015	Jan/2016 a Dez/2016	Crescimento anual %
Receita Corrente Líquida - RCL	189.105.173,04	199.353.659,92	5,42%
Despesa Total com Pessoal - DTP	95.559.008,87	87.900.556,93	-8,01%
COMPROMETIMENTO - LRF - %	50,53%	44,09%	

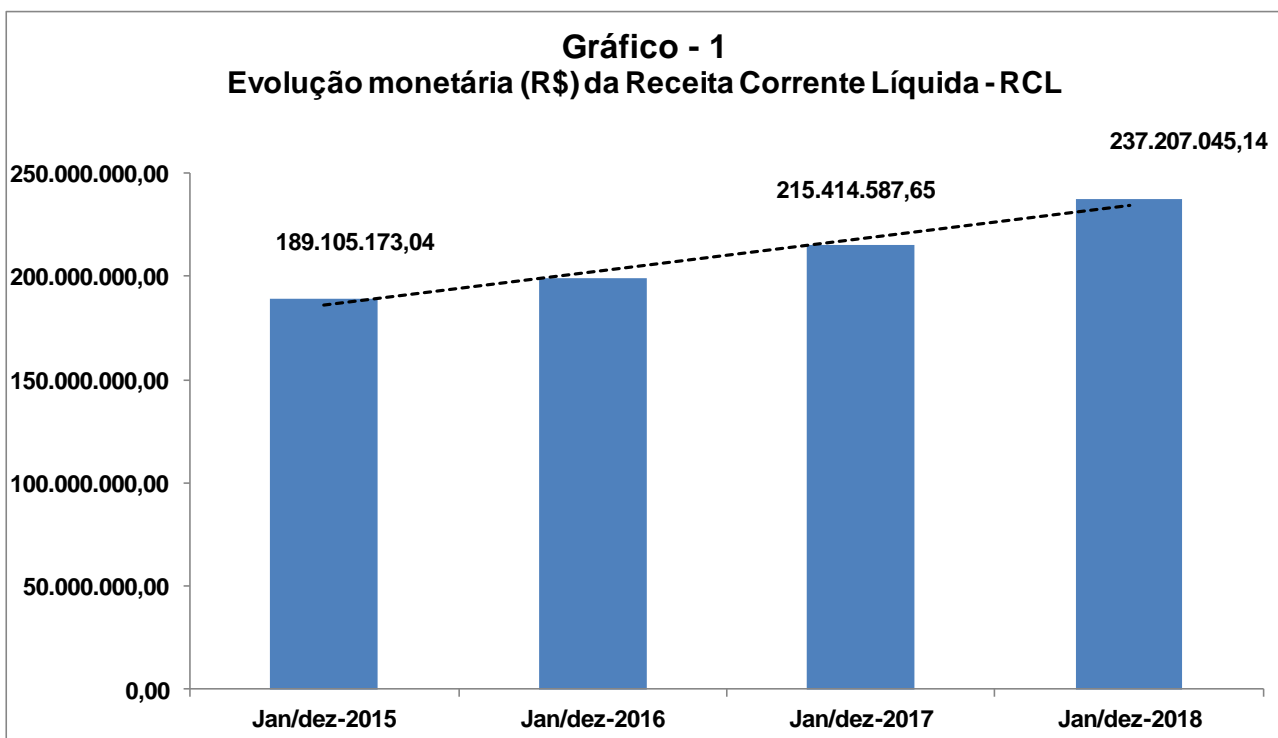
Fonte: Portal Transparência Tribunal de Contas SC e Portal Transparência Município de São Francisco do Sul

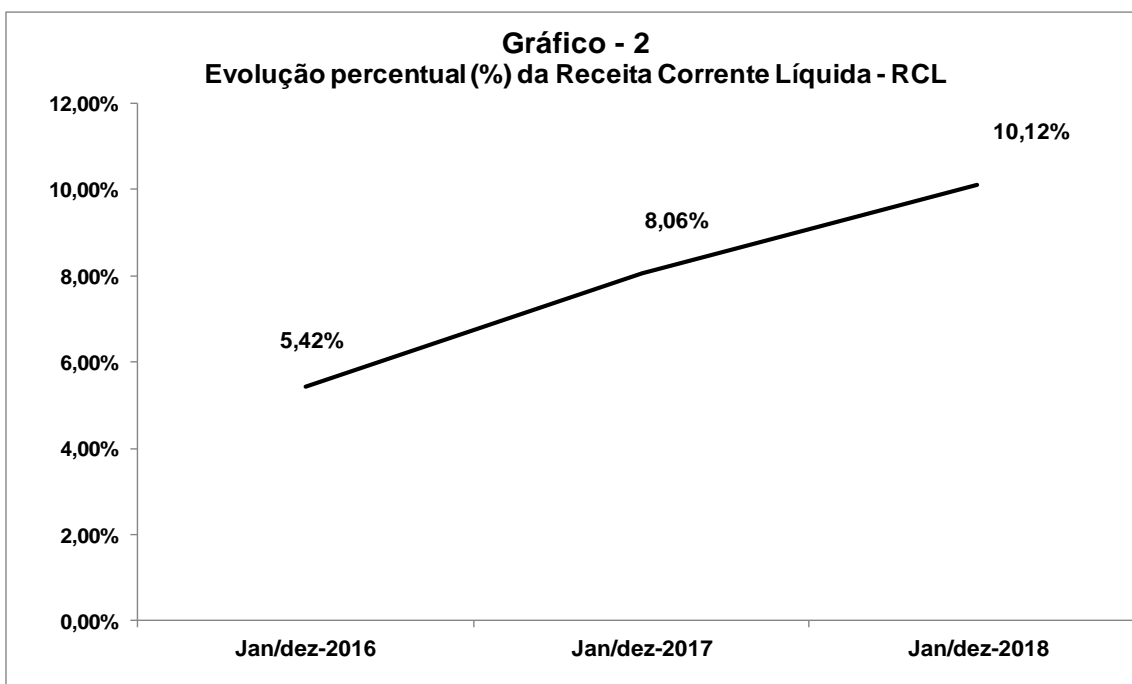
QUADRO 2			
EVOLUÇÃO DA RCL E DA DTP 3º QUADRIMESTRE: comparativo 2016 a 2017 - Município de São Francisco do Sul			
Discriminado	Jan/2016 a Dez/2016	Jan/2017 a Dez/2017	Crescimento anual %
Receita Corrente Líquida - RCL	199.353.659,92	215.414.587,65	8,06%
Despesa Total com Pessoal - DTP	87.900.556,93	90.792.021,48	3,29%
COMPROMETIMENTO - LRF - %	44,09%	42,15%	

Fonte: Portal Transparência Tribunal de Contas SC e Portal Transparência Município de São Francisco do Sul

QUADRO 3			
EVOLUÇÃO DA RCL E DA DTP 3º QUADRIMESTRE: comparativo 2017 a 2018 - Município de São Francisco do Sul			
Discriminado	Jan/2017 a Dez/2017	Jan/2018 a Dez/2018	Crescimento anual %
Receita Corrente Líquida - RCL	215.414.587,65	237.207.045,14	10,12%
Despesa Total com Pessoal - DTP	90.792.021,48	104.289.244,11	14,87%
COMPROMETIMENTO - LRF - %	42,15%	43,97%	

Fonte: Portal Transparência Tribunal de Contas SC e Portal Transparência Município de São Francisco do Sul





QUADRO 4
EVOLUÇÃO DAS PRINCIPAIS RECEITAS PRÓPRIAS: 2016 - 2017

Discriminado	Jan/dez-2016	Jan/dez-2017	Crescimento anual R\$	Crescimento anual %	Participação no Receita Corrente Total em 2017 %
IPTU	6.224.922,83	7.323.566,03	1.098.643,20	17,65%	3,05
ISS	36.487.367,53	38.524.610,96	2.037.243,43	5,58%	16,02
ITBI	2.049.459,13	2.158.114,54	108.655,41	5,30%	0,90
IRRF	5.428.095,60	5.547.124,61	119.029,01	2,19%	2,31
Outras receitas Tributárias	5.231.283,38	5.766.138,26	534.854,88	10,22%	2,40
TOTAL DE RECEITA TRIBUTÁRIA	55.421.128,47	59.319.554,40	3.898.425,93	7,03%	24,67
RECEITA CORRENTE TOTAL	223.368.485,30	240.421.344,50	17.052.859,20	7,63%	100,00

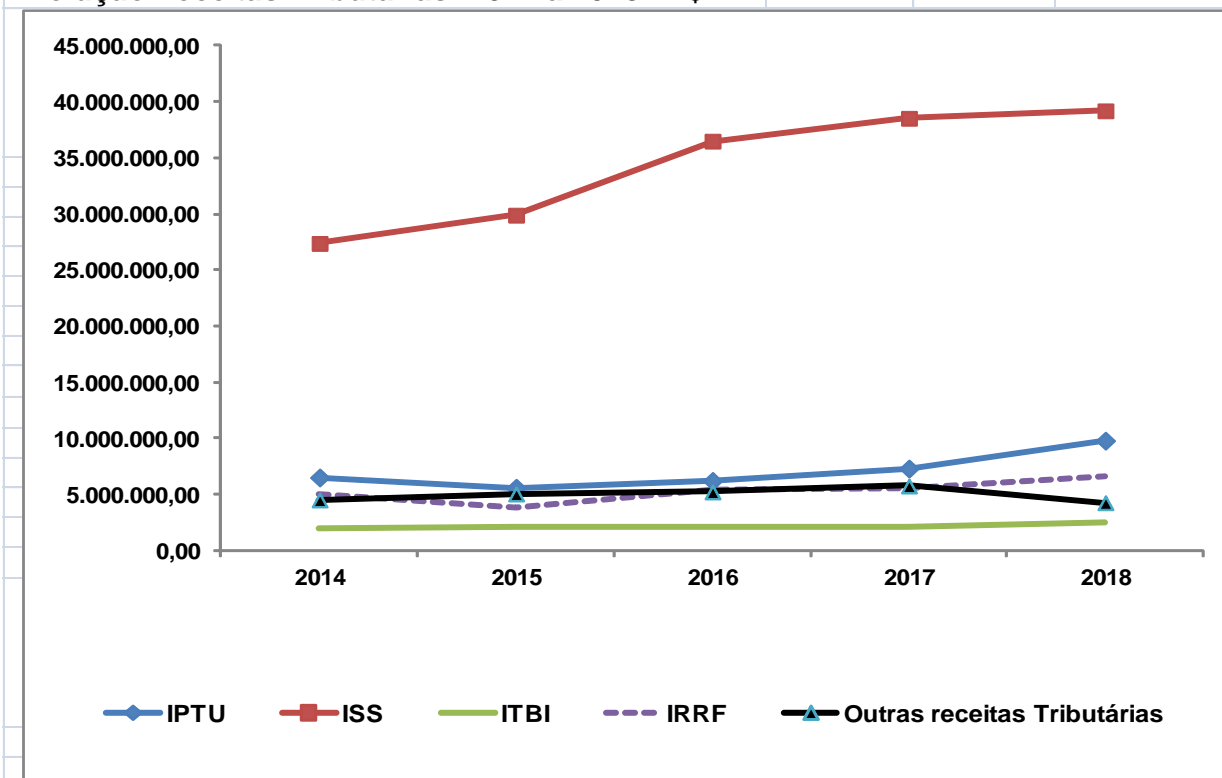
Fonte: Portal Transparência Tribunal de Contas SC e Portal Transparência do Município de São Francisco do Sul

QUADRO 5
EVOLUÇÃO DAS PRINCIPAIS RECEITAS PRÓPRIAS: 2017 - 2018

Discriminado	Jan/dez-2017	Jan/dez-2018	Crescimento anual R\$	Crescimento anual %	Participação no Receita Corrente Total em 2018 %
IPTU	7.323.566,03	9.808.176,04	2.484.610,01	33,93%	3,71
ISS	38.524.610,96	39.194.221,19	669.610,23	1,74%	14,83
ITBI	2.158.114,54	2.502.291,36	344.176,82	15,95%	0,95
IRRF	5.547.124,61	6.651.994,86	1.104.870,25	19,92%	2,52
Outras receitas Tributárias	5.766.138,26	4.278.094,47	-1.488.043,79	-25,81%	1,62
TOTAL DE RECEITA TRIBUTÁRIA	59.319.554,40	62.434.777,92	3.115.223,52	5,25%	23,63
RECEITA CORRENTE TOTAL	240.421.344,50	264.225.305,80	23.803.961,30	9,90%	100,00

Fonte: Portal Transparência Tribunal de Contas SC e Portal Transparência do Município de São Francisco do Sul

Gráfico - 3
Evolução Receitas Tributárias: 2014 a 2018 - R\$



QUADRO 6**EVOLUÇÃO DAS PRINCIPAIS RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS: 2016 - 2017**

Discriminado	Jan/dez-2016	Jan/dez-2017	Crescimento anual R\$	Crescimento anual %	Participação no Receita Corrente Total em 2016 %
FPM (1)	24.059.889,99	23.199.789,92	-860.100,07	-3,57%	9,65
ICMS (1)	65.290.934,26	68.487.774,55	3.196.840,29	4,90%	28,49
IPVA (1)	3.582.867,58	3.943.902,77	361.035,19	10,08%	1,64
FUNDEB	21.186.581,31	24.292.932,11	3.106.350,80	14,66%	10,10
COTA-PARTE ROYALTIES PETRÓLEO	9.771.269,61	12.289.910,65	2.518.641,04	25,78%	5,11
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	23.428.475,88	25.889.170,44	2.460.694,56	10,50%	10,77
TOTAL DE TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	148.569.050,54	159.389.124,37	10.820.073,83	7,28%	66,30
RECEITA CORRENTE TOTAL	223.368.485,30	240.421.344,50	17.052.859,20	7,63%	100,00

Fonte: Portal Transparência Tribunal de Contas SC e Portal Transparência do Município de São Francisco do Sul

Nota técnica (1): não inclui deduções para FUNDEB.

QUADRO 7**EVOLUÇÃO DAS PRINCIPAIS RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS: 2017 - 2018**

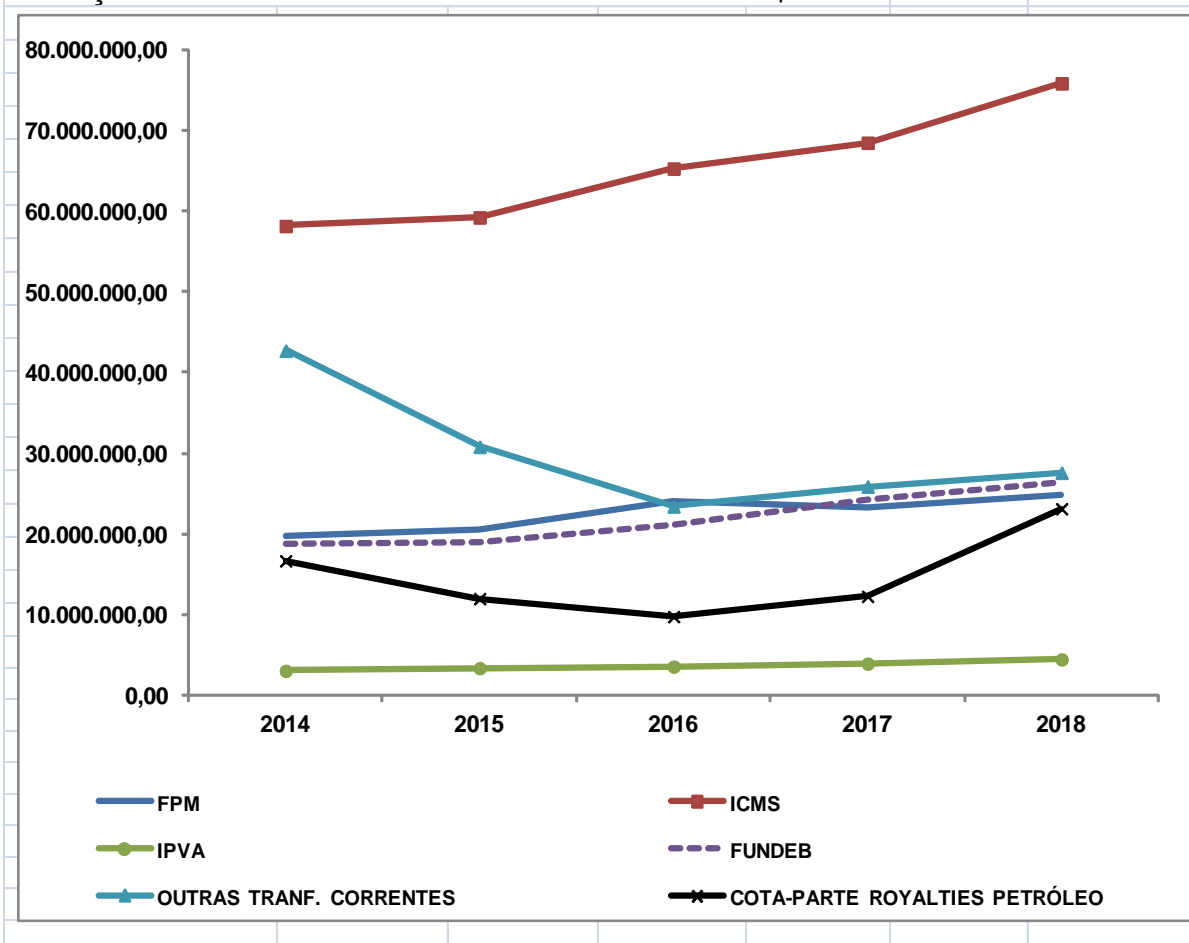
Discriminado	Jan/dez-2017	Jan/dez-2018	Crescimento anual R\$	Crescimento anual %	Participação no Receita Corrente Total em 2018 %
FPM (1)	23.199.789,92	24.764.166,26	1.564.376,34	6,74%	9,37
ICMS (1)	68.487.774,55	75.863.163,74	7.375.389,19	10,77%	28,71
IPVA (1)	3.943.902,77	4.477.688,03	533.785,26	13,53%	1,69
FUNDEB	24.292.932,11	26.336.004,25	2.043.072,14	8,41%	9,97
COTA-PARTE ROYALTIES PETRÓLEO	12.289.910,65	23.140.672,84	10.850.762,19	88,29%	8,76
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	25.889.170,44	27.588.431,54	1.699.261,10	6,56%	10,44
TOTAL DE TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	159.389.124,37	183.634.276,58	24.245.152,21	15,21%	69,50
RECEITA CORRENTE TOTAL	240.421.344,50	264.225.305,80	23.803.961,30	9,90%	100,00

Fonte: Portal Transparência Tribunal de Contas SC e Portal Transparência do Município de São Francisco do Sul

Nota técnica (1): não inclui deduções para FUNDEB.

Gráfico - 4

Evolução Receitas de Transferências: 2014 a 2018 - R\$



QUADRO 8

EVOLUÇÃO DE OUTRAS RECEITAS: 2016 - 2017

Discriminado	Jan/dez-2016	Jan/dez-2017	Crescimento anual R\$	Crescimento anual %	Participação no Receita Corrente Total em 2017 %
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	9.668.297,04	10.508.102,85	839.805,81	8,69%	4,37
RECEITA PATRIMONIAL	5.008.268,99	4.800.676,03	-207.592,96	-4,15%	2,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	4.701.740,26	6.403.886,85	1.702.146,59	36,20%	2,66
RECEITA CORRENTE TOTAL	223.368.485,30	240.421.344,50	17.052.859,20	7,63%	100,00

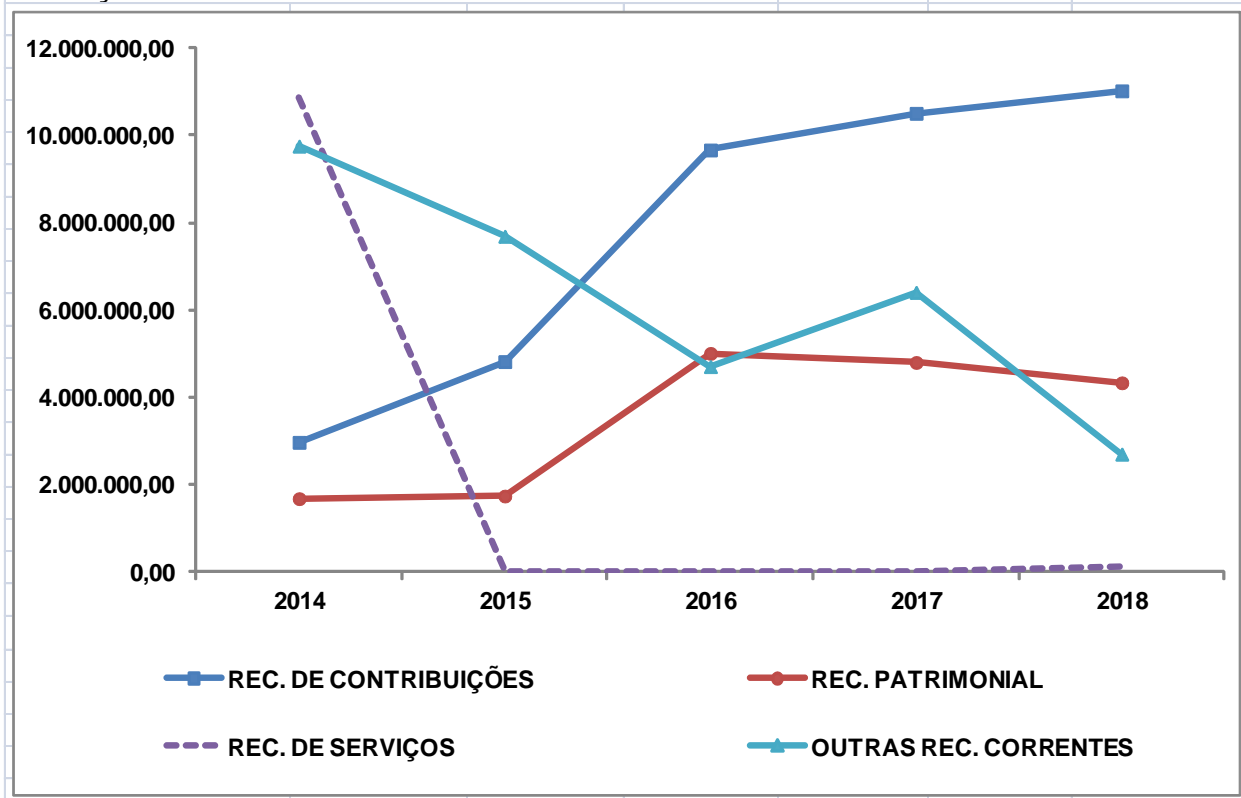
Fonte: Portal Transparência Tribunal de Contas SC e Portal Transparência do Município de São Francisco do Sul

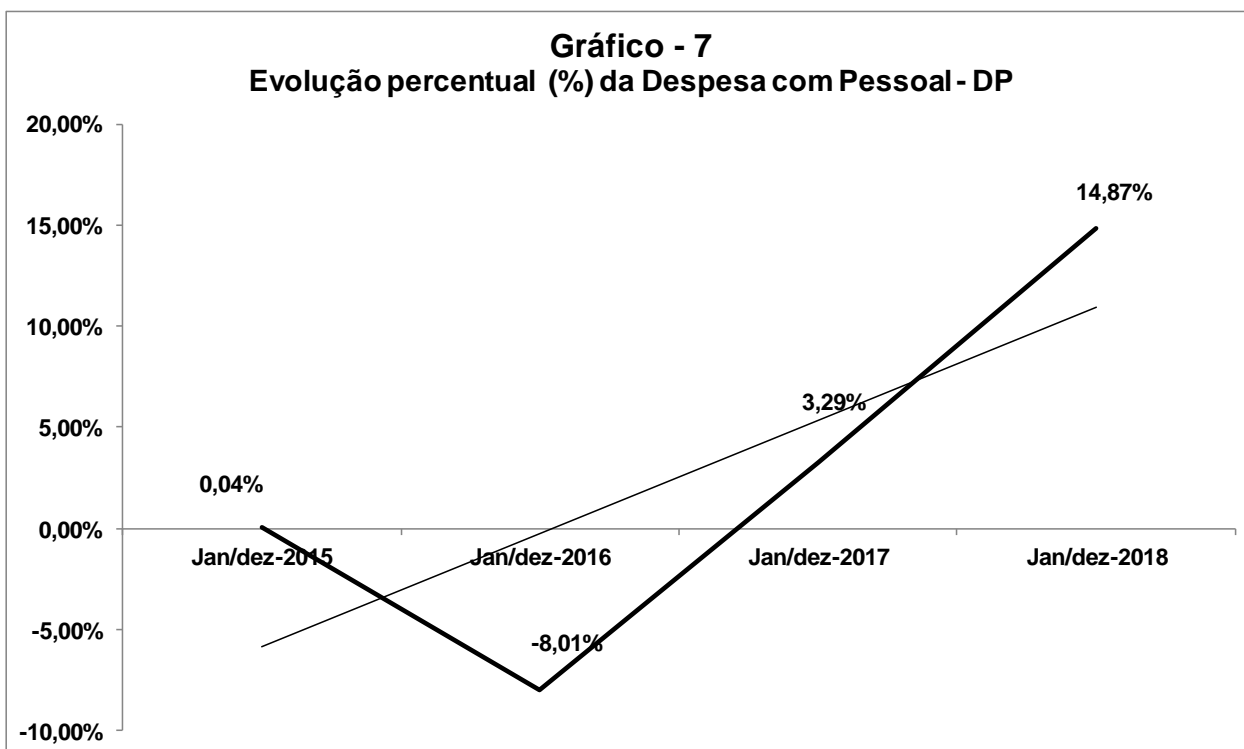
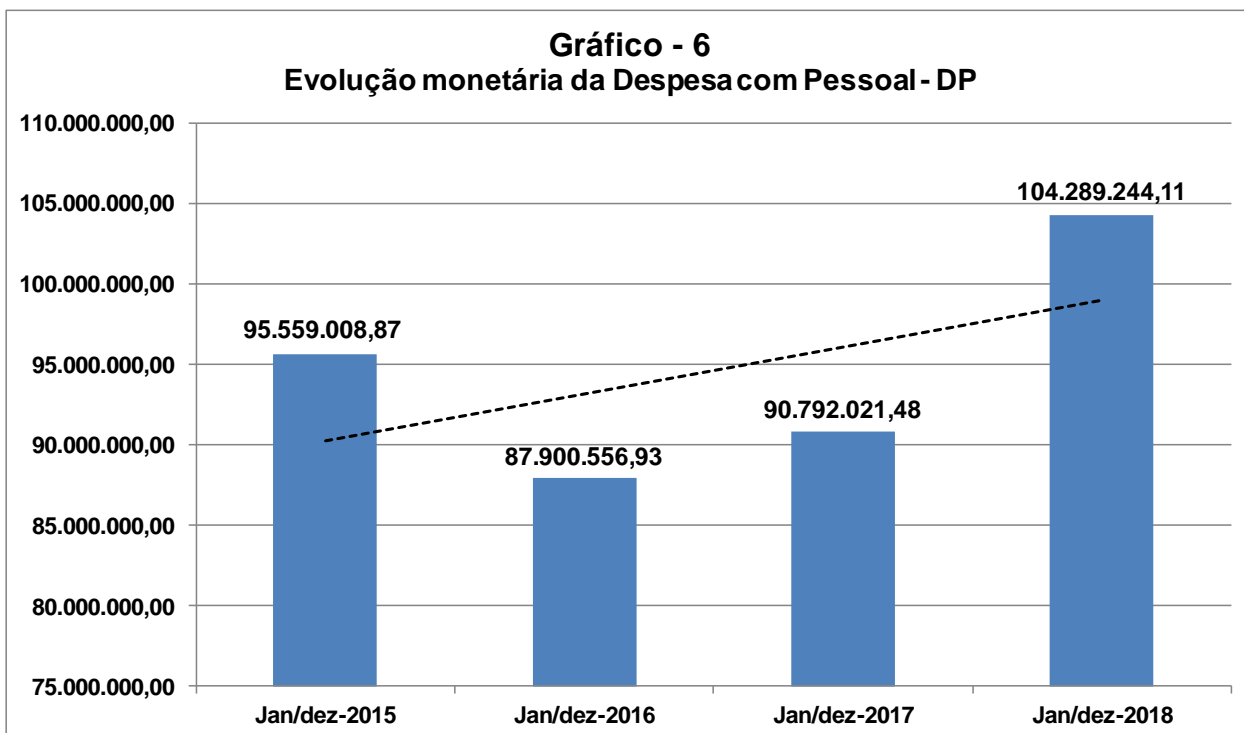
QUADRO 9
EVOLUÇÃO DE OUTRAS RECEITAS: 2017 - 2018

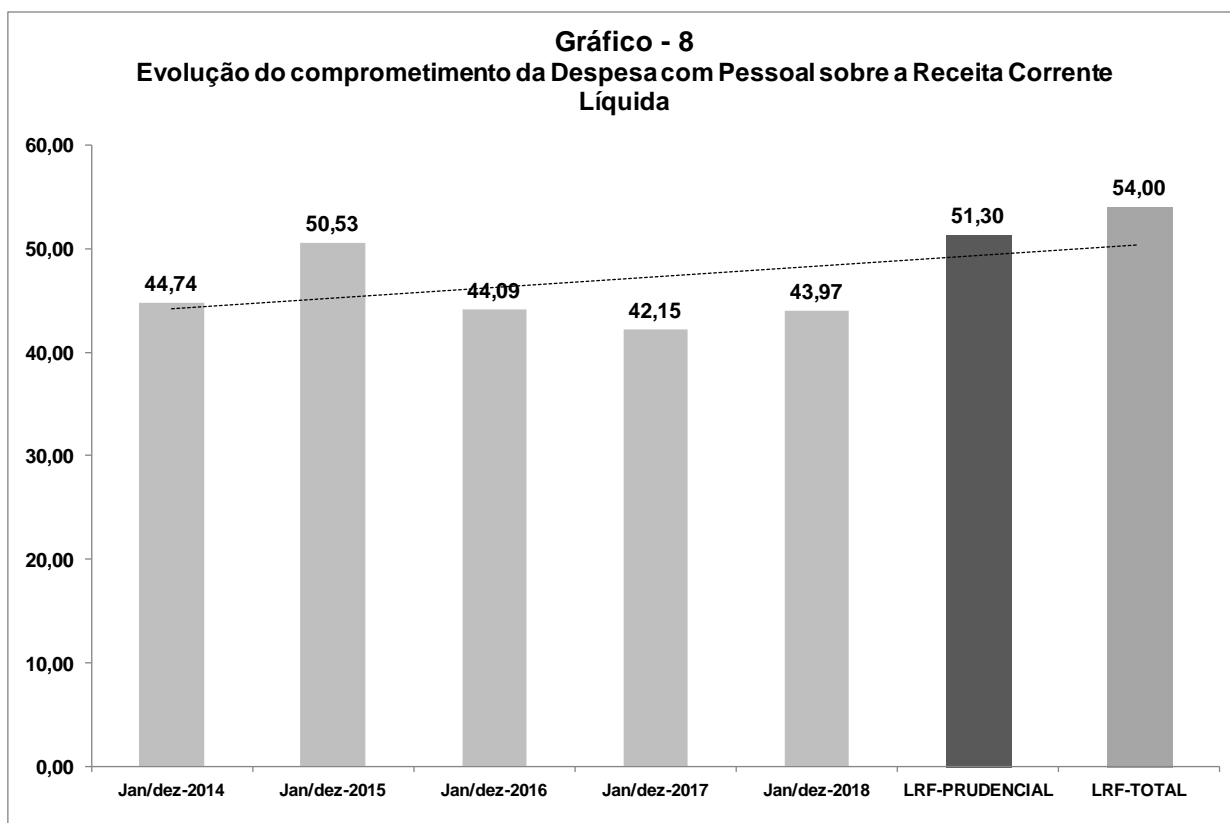
Discriminado	Jan/dez-2017	Jan/dez-2018	Crescimento anual R\$	Crescimento anual %	Participação no Receita Corrente Total em 2018 %
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	10.508.102,85	11.023.786,67	515.683,82	4,91%	4,17
RECEITA PATRIMONIAL	4.800.676,03	4.333.645,57	-467.030,46	-9,73%	1,64
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	101.547,92	101.547,92	0,00%	0,04
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	6.403.886,85	2.697.271,14	-3.706.615,71	-57,88%	1,02
RECEITA CORRENTE TOTAL	240.421.344,50	264.225.305,80	23.803.961,30	9,90%	100,00

Fonte: Portal Transparência Tribunal de Contas SC e Portal Transparência do Município de São Francisco do Sul

Gráfico - 5
Evolução Outras Receitas: 2014 a 2018 - R\$







3. Receita FUNDEB e despesas com pessoal da educação

No **quadro 10** é apresentado as **despesas e receitas com a Manutenção e Desenvolvimento do Ensino** com destaque para o FUNDEB, nos exercícios fiscais de 2017 e 2018. Observa-se que a receita recebida do fundo pelo município cresceu 7,96% em 2018, alcançando o montante de 26.384.914,94, frente ao valor de R\$ 24.438.890,01, verificado em 2017.

As despesas com salário do pessoal do magistério e demais despesas previstas para pagamento com o mínimo de **60%** e o máximo de **40% do FUNDEB** alcançaram R\$ 24.009.482,98 em 2017, crescendo para R\$ 25.783.957,72 em 2018, apresentando aumento no período de 7,39%. O comprometimento das despesas com pessoal do magistério (60% FUNDEB) representaram 95,54% das receitas do Fundo em 2017 e 63,88% em 2018. Sendo que despesas de 40% FUNDEB comprometeram 2,71% em 2017, passando para 34% em 2018. Na presente análise está sendo levado em

consideração que todas as despesas com pessoal corroboram das previsões legais para pagamento com recursos do FUNDEB.

O limite mínimo constitucional de 25% da aplicação da receita líquida com educação alcançou 26,46% em 2017 e 29,08% em 2018. Uma das explicações para o aumento do percentual de aplicação dos recursos em educação no exercício fiscal de 2018 apresenta relação com o aumento nas despesas com pessoal oriundas das demandas sociais do setor. Bem como, pelo crescimento do **Total de Despesas com Ações Típicas de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino** que aumento de R\$ 46.398.711,10 em 2017, para R\$ 54.953132.02 em 2018, o que representou aumento percentual de 18,43%, frente ao aumento da Receita Corrente Líquida de 10,12%. (ver quadro 10; gráficos 9, 10, 11 e 12).

QUADRO 10			
EVOLUÇÃO DAS RECEITA E DESPESAS COM MDE COM DESTAQUE PARA O FUNDEB: 2017 E 2018			
Discriminado	Jan/dez-2017	Jan/dez-2018	Crescimento anual %
1. Receita recebida FUNDEB - A	24.438.890,01	26.384.914,94	7,96%
1.1. Receita de aplicação financeira - FUNDEB	145.957,90	48.910,69	
2. Despesa com pessoal - 60% - FUNDEB	23.782.344,89	16.881.485,59	-29,02%
2.1. Educação infantil	8.548.559,87	9.112.740,48	6,60%
2.2. Ensino fundamental	15.133.785,02	7.768.745,11	-48,67%
3. Comprometimento % (60%) [(Item 2 - Item 10.1) / Item 1] (1)	95,54%	63,88%	
4. Outras despesas - 40% - FUNDEB (1)	711.363,08	9.386.697,12	1219,54%
4.1. Educação infantil	613.700,00	473.694,69	-22,81%
4.2. Ensino Fundamental	97.663,08	8.913.002,43	9026,28%
5. Comprometimento % (40%) [(Item 4 - Item 10.2) / Item 1] (1)	2,71%	34,00%	
6. Total despesa com pessoal (Item 2 + Item 4) - (Item 11)	24.009.482,98	25.783.957,72	7,39%
7. Comprometimento % (100%) (Item 3 + Item 5) (1)	98,26%	97,88%	
8. Limite de mínimo de 25% Constitucional da receita líquida - %	26,46%	29,08%	
9. Receitas destinadas ao FUNDEB - R\$	18.999.044,83	20.914.477,21	10,08%
10. Receitas líquida do FUNDEB (Item 1 - Item 1.1 - Item 9) (2)	5.293.887,28	5.421.527,04	2,41%
11. Despesas custeadas com superavit do exercício anterior	484.224,99	442.897,66	-
11.1 (FUNDEB - 60%)	433.161,43	26.137,20	-
11.2 (FUNDEB - 40%)	48.063,56	416.760,46	-
12. Total de Despesas com Ações Típicas de MDE	46.398.711,10	54.954.132,02	
Nota: (1): Inclui despesas custeadas com saldo do exercício anterior até o 1º trimestre no ano vigente, no montante máximo de 5%.			
(2): Não inclui receita resultado de aplicação financeira.			
Fonte: Portal Transparência Tribunal de Contas SC e Portal Transparência Município de São Francisco do Sul			

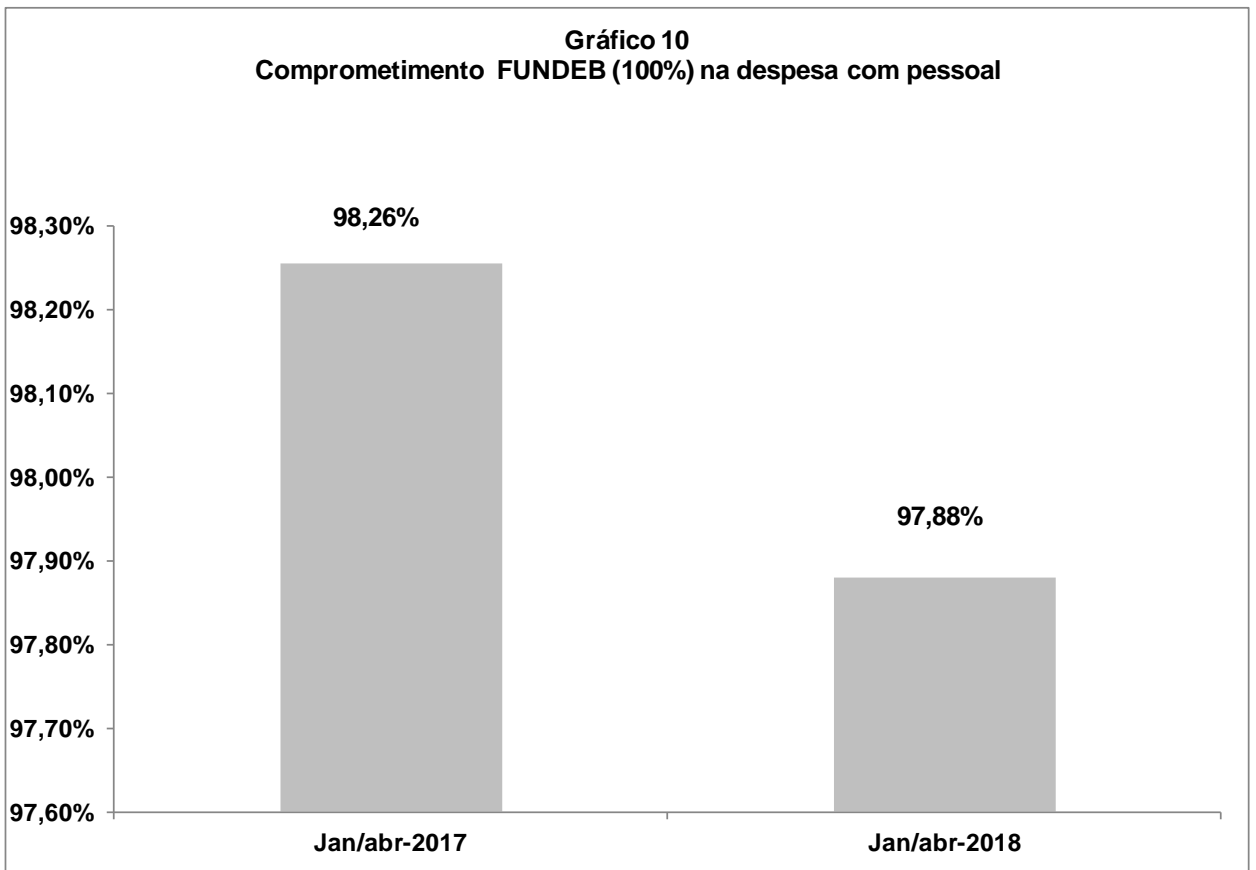
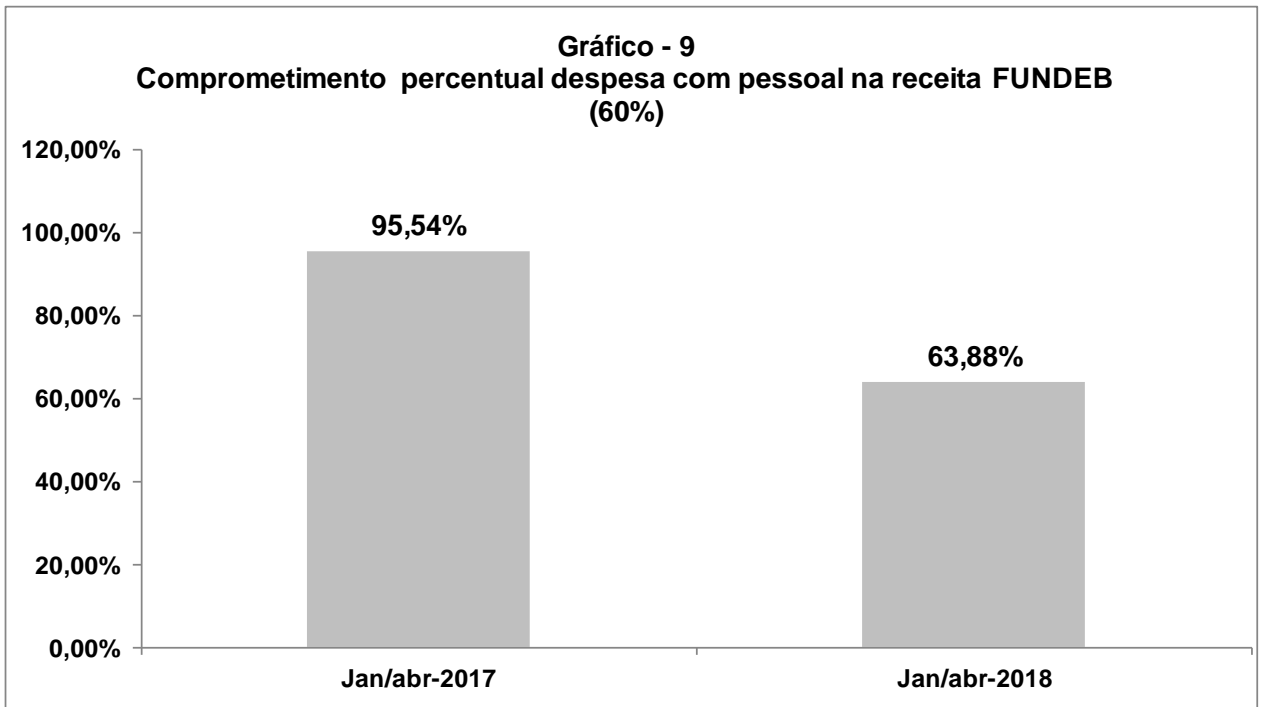


Gráfico 11

Comparativo receitas e despesas FUNDEB

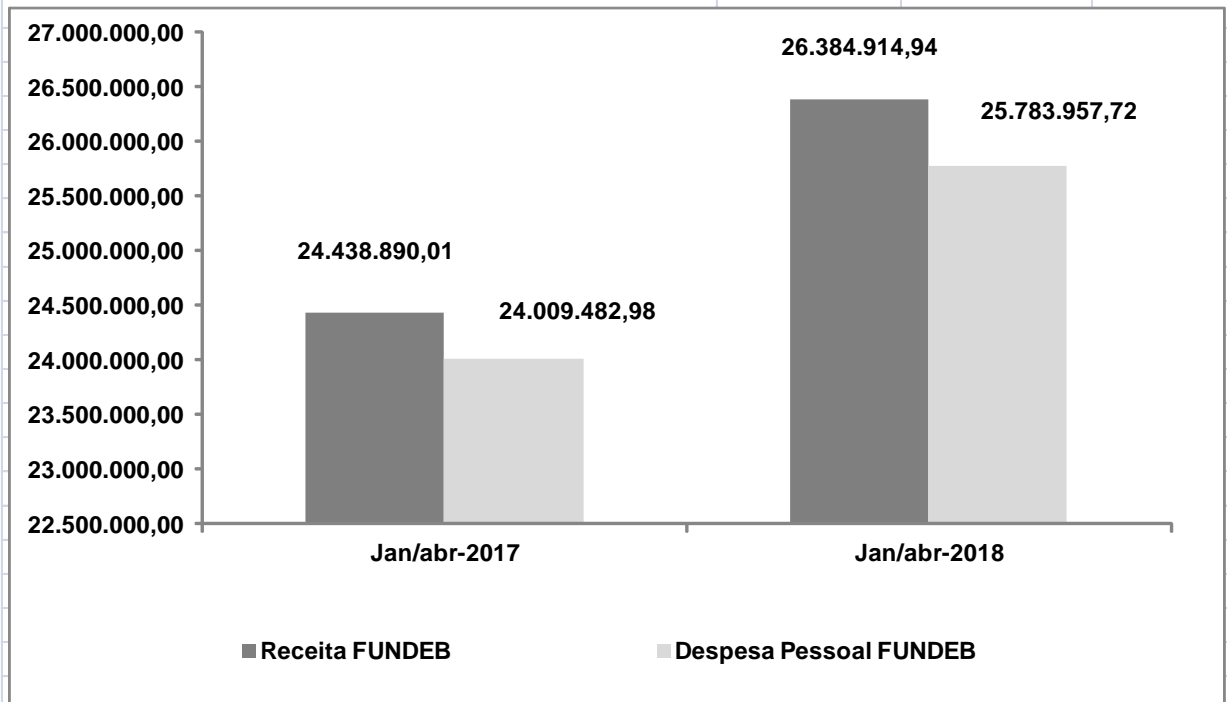
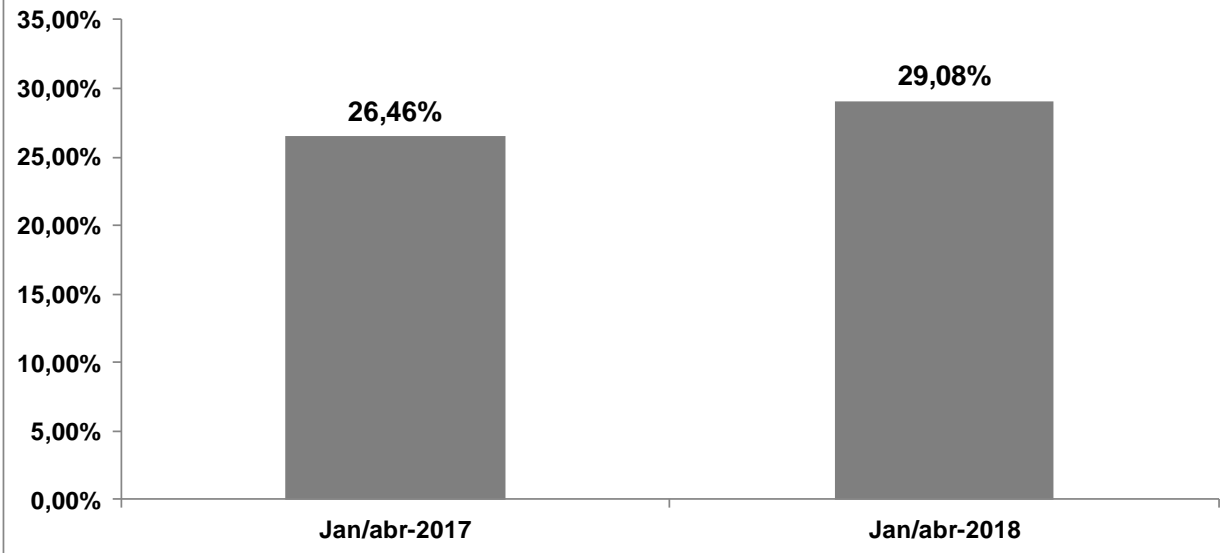


Gráfico - 12
Aplicação constitucional do mínimo de 25% da receita líquida com educação %



4. Evolução das despesas constitucionais com saúde

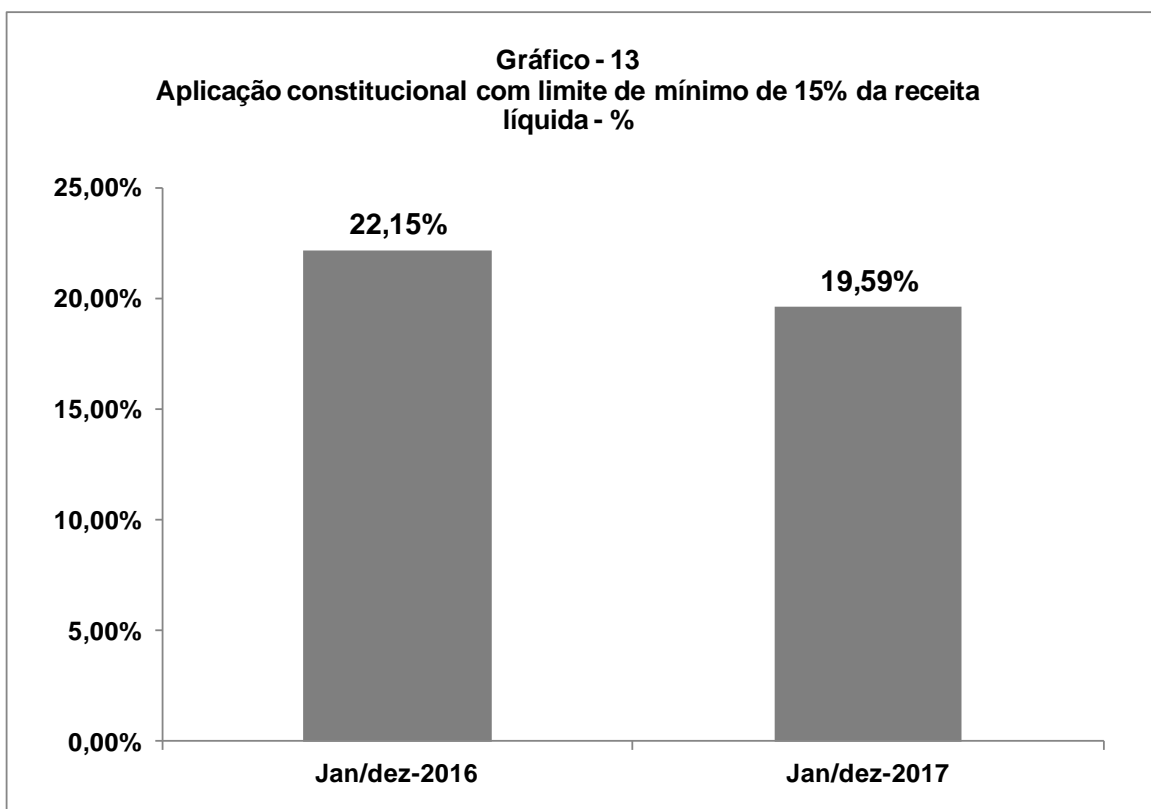
O **quadro 11** apresenta a evolução das despesas com serviço de saúde e das receitas adicionais, principalmente originárias do SUS, para o financiamento da saúde no Município.

Com base nas informações observa-se que a despesa total com saúde alcançou R\$ 47.045.741,35, no ano de 2018, apresentando importante crescimento na comparação com 2017 quando resultou em R\$ 37.748.352,76. Sendo deste total, R\$ 16.197.704,14 relacionam-se com despesas não computadas para fins de apuração do percentual mínimo constitucionais de aplicação de recursos na política pública de saúde. Assim, o total de despesas com ações e serviços públicos de saúde alcançou no ano de 2018 o montante de R\$ 30.848.037,21, apresentando o crescimento de 23,84%.

A aplicação do percentual constitucional mínimo de 15% da receita líquida em despesas com ações e serviços de saúde alcançou 22,05% em 2017 e 25,44% em 2018. O valor excedente do mínimo constitucional foi de R\$ 12.769.067,71 em 2018 (ver quadro 11; gráfico 13).

QUADRO 11			
EVOLUÇÃO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE: 2016 E 2017			
Discriminado	Jan/abr-2017	Jan/abr-2018	Crescimento anual %
1. Total de receitas para aplicação em ações e serviços públicos de saúde - A	151.698.899,27	162.729.082,20	7,27%
1.1. Receitas de impostos líquidas	56.703.662,30	58.156.683,45	2,56%
1.2. Receitas de transferências constitucionais e legais	94.995.236,97	22.767.397,06	-76,03%
2. Receitas adicionais para o financiamento da saúde	5.403.259,29	11.562.622,49	113,99%
2.1. Transferências de recursos do SUS	10.169.540,36	11.562.622,49	13,70%
2.2. Outras receitas	-4.766.281,07	0,00	-
3. Total de despesas com saúde	45.369.995,18	45.588.408,78	0,48%
4. Total de despesas com saúde não computadas para fins de apuração do percentual mínimo constitucional	13.050.801,14	14.024.471,13	7,46%
4.1. Despesas com inativos e pensionistas	0,00	0,00	#DIV/0!
4.2. Despesas com outros recursos	13.050.801,14	14.024.471,13	7,46%
4.3. Outras despesas não computadas	0,00	0,00	-
5. Total de despesas com ações e serviços públicos de saúde (item 3 - item 4)	32.319.194,04	31.563.937,65	-2,34%
6. Percentual de aplicação conforme limite de mínimo de 15% constitucional da receita líquida de aplicação em ações e serviços de saúde - % [(item 5 + item 8) / item 1]	22,15%	19,59%	-
7. Diferença entre o valor executado e o limite mínimo constitucional [(item 5 + item 8) - (15% x item 1)]	9.564.359,15	7.154.575,32	-25,20%
8. Restos a pagar inscritos com disponibilidade de caixa	313.195,38	151.667,85	
9. Despesas inscritas em restos a pagar não processados	2.339.716,43	1.301.779,39	

Fonte: Portal Transparência Tribunal de Contas SC. Diário Oficial de SC



5. A situação da dívida consolidada e restos a pagar

O saldo da dívida consolidada no exercício fiscal de 2018 resultou em R\$ 21.809.013,34 representando 9,19% da RCL. O que demonstra níveis satisfatórios no que concerne às previsões legais do Senado Federal, bem como no inciso III do § 1º do art. 59 da LRF. Cabe destacar que o município não apresenta dívida consolidada previdenciária.

No que concerne à disponibilidade líquida de recursos para a quitação de restos a pagar empenhado e não liquidados no exercício fiscal de 2018, conforme anexo 5, art. 55, inciso III, alínea “a” da LRF. Constata-se que do total de R\$ 16.512.741,03 de restos a pagar empenhados e não liquidados em 2018, o município apresenta disponibilidade de recursos vinculados e não vinculados no montante de R\$ 62.860.961,84. O que demonstra o atendimento das previsões legais.

6. Estimativa de impacto fiscal com aplicação do reajuste salarial da data-base

Na presente parte do estudo realizaremos análise da estimativa de impacto fiscal com base nos indicadores da LRF, do índice de reajuste salarial da data-base de 2019 no percentual de 8,31%.

6.1 Estimativa fiscal com aplicação do índice de reajuste da data-base de 2019

No **quadro 12** é apresentada a estimativa com os índices de revisão e reajuste inflacionário mais aumento real proposto pela Administração Municipal e acordado pelo Sindicato com em Assembleia Sindical. O resultado da negociação da data-base consiste na aplicação **do índice de revisão inflacionária anual de 4,01%** medido pelo INPC/IBGE, acrescido de **aumento de 4,30%**, totalizando de forma acumulada **8,31%**.

A análise da estimativa é feita com a apresentação de três situações de crescimento anual da RCL: na **situação “1”** o crescimento de RCL é estimado em 6%; na **situação “2”** aumento de 8%; e na **situação “3”** ascendendo em 10%. Em todas as simulações adotou-se o **crescimento vegetativo da folha de pagamento** de 2%, situação de crescimento da folha “independente” da aplicação do índice de reposição salarial, como: adicional de tempo de serviço, contratação necessária de pessoal, crescimento funcional, dentre outros.

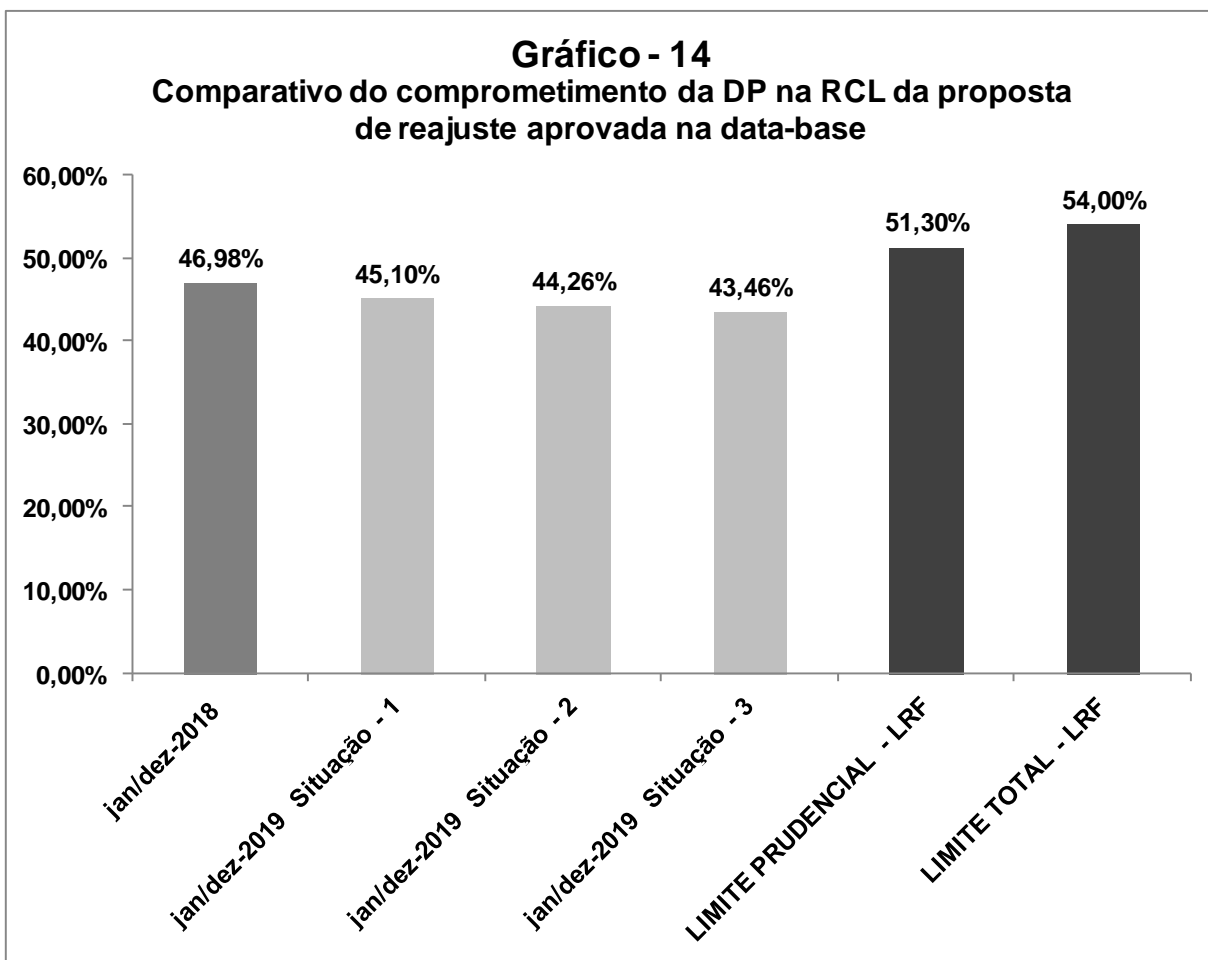
Na estimativa de análise é aplicado a revisão inflacionária de **4,01%** em uma única vez no mês de março/2019 mais aumento de **4,30%**. O que resulta em comprometimentos percentuais da DTP na RCL com as previsões da LRF, em 2019, estimados conforme as situações:

- na **situação 1**, com crescimento da RCL de 6% o comprometimento anual resulta em 45,10%;
- na **situação 2** com aumento de 8% na RCL o comprometimento anual resulta 44,26%;

- na **situação 3**, o comprometimento anual alcança 43,46%, com crescimento estimado da RCL de 10%.

Com base informações apresentadas no **Gráfico 14** é possível afirmar que a proposta acordada apresenta equilíbrio fiscal. Com manutenção dos índices de comprometimentos fiscal verificados nos últimos anos, ficando muito abaixo dos limites de comprometimento previstos na Lei de Responsabilidade Fiscal.

QUADRO 12				
ESTIMATIVA DE REPOSIÇÃO SALARIAL NO CRESCIMENTO NA RCL E DESPESA COM PESSOAL				
RESULTADO DA NEGOCIAÇÃO: DATA BASE 2019				
Reposição da inflação de 4,01% mais 4,30% de perdas passadas, totalizando 8,31% aplicado no mês de abril/2019.				
Discriminado	Jan/dez-2018	jan/dez-2019 Situação - 1	jan/dez-2019 Situação - 2	jan/dez-2019 Situação - 3
Receita Corrente Líquida - RCL	237.207.045,14	251.439.467,85	256.183.608,75	260.927.749,65
Despesa Total com Pessoal - DTP	104.289.244,11	113.393.868,94	113.393.868,94	113.393.868,94
Comprometimento DTP sobre RCL - %	46,98%	45,10%	44,26%	43,46%
Limite prudencial LRF - %	51,30%	51,30%	51,30%	51,30%
Limite máximo LRF - %	54,00%	54,00%	54,00%	54,00%
Fonte: Portal Cidadão Tribunal de Contas SC. Portal Transparência do Município.				
Elaboração: Assessoria Econômica em Gestão Pública e Negociação Coletiva.				
SITUAÇÃO - 1 - Pagamento integral				
1. Com 6% de anual crescimento na RCL				
1. Com 4,01% de reposição inflacionária mais 4,30% perdas passadas = 8,31%				
1. Crescimento Vegetativo de 2% ao ano.				
SITUAÇÃO - 2 - Pagamento integral				
1. Com 8% de anual crescimento na RCL				
1. Com 4,01% de reposição inflacionária mais 4,30% perdas passadas = 8,31%				
1. Crescimento Vegetativo de 2% ao ano.				
SITUAÇÃO - 3 - Pagamento integral				
1. Com 10% de anual crescimento na RCL				
1. Com 4,01% de reposição inflacionária mais 4,30% perdas passadas = 8,31%				
1. Crescimento Vegetativo de 2% ao ano.				



7. Estimava de impacto fiscal para a implementação da reestruturação do plano de carreira

Na presente parte do estudo será investigado a estimativa fiscal com a implementação da reestruturação do **Plano de Cargos e Salários (PCS)**. Assim, com base nas informações resultantes da análise do item 5, onde verificou-se a estimava do desempenho fiscal dos indicadores da LRF como resultado da aplicação dos reajuste da data-base, será analisado nesse momento o **impacto fiscal do PCS** no ano fiscal de 2019 **após a aplicação do reajuste da data-base**.

A estimativa de análise da implementação do PCS leva em consideração impacto de 3% no índice de comprometimento da Despesa Total com Pessoal (DTP) na Receita Corrente Líquida (RCL), o que representa o crescimento na

DTP de 6,9%, resultando no montante mensal de R\$ 599.838,93 com base no realizado em 2018, com reflexo anual no valor de R\$ 7.198.067,11.

Com base nas informações do **quadro 15** observa-se que foram que foram estimadas três situações com a aplicação no mês de julho/2019 do impacto de 6,9% da reestruturação do PCS, que resulta em comprometimentos percentuais da DTP na RCL com base nas previsões da LRF para 2019, estimados conforme as situações:

- na **situação 1**, com crescimento da RCL de 6% o comprometimento anual com o impacto do PCS resulta em 46,68%;
- na **situação 2** com aumento de 8% na RCL o comprometimento anual resulta 45,81%;
- na **situação 3**, o comprometimento anual alcança 44,98%, com crescimento estimado da RCL de 10%.

Com base informações apresentadas no **Gráfico 14** é possível afirmar que a estimativa de impacto fiscal com a implementação do PCS demonstra equilíbrio fiscal. Com manutenção dos índices de comprometimentos fiscal constatados em anos anteriores, ficando muito abaixo dos limites de comprometimento previstos na Lei de Responsabilidade Fiscal. **As informações demonstram que a situação fiscal do município possibilita implementar as reestruturações necessárias do Plano de Carreira do servidores. Porém, é fundamental a realização de simulações de folhas de pagamento com o intuito de precisar o impacto fiscal.**

QUADRO 13**ESTIMATIVA DA IMPLEMENTAÇÃO DO PCS NO CRESCIMENTO NA RCL E DESPESA COM PESSOAL****RESULTADO DA NEGOCIAÇÃO: DATA BASE 2019****Impacto da implementação do PCS: 6,9% de crescimento na despesa com pessoal.**

Discriminado	Jan/dez-2018	jan/dez-2019 Situação - 1	jan/dez-2019 Situação - 2	jan/dez-2019 Situação - 3
Receita Corrente Líquida - RCL	237.207.045,14	251.439.467,85	256.183.608,75	260.927.749,65
Despesa Total com Pessoal - DTP	104.289.244,11	117.368.779,33	117.368.779,33	117.368.779,33
Comprometimento DTP sobre RCL - %	46,98%	46,68%	45,81%	44,98%
Limite prudencial LRF - %	51,30%	51,30%	51,30%	51,30%
Limite máximo LRF - %	54,00%	54,00%	54,00%	54,00%

Fonte: Portal Cidadão Tribunal de Contas SC. Portal Transparência do Município.

Elaboração: Assessoria Econômica em Gestão Pública e Negociação Coletiva.

SITUAÇÃO - 1 - Impacto PCS

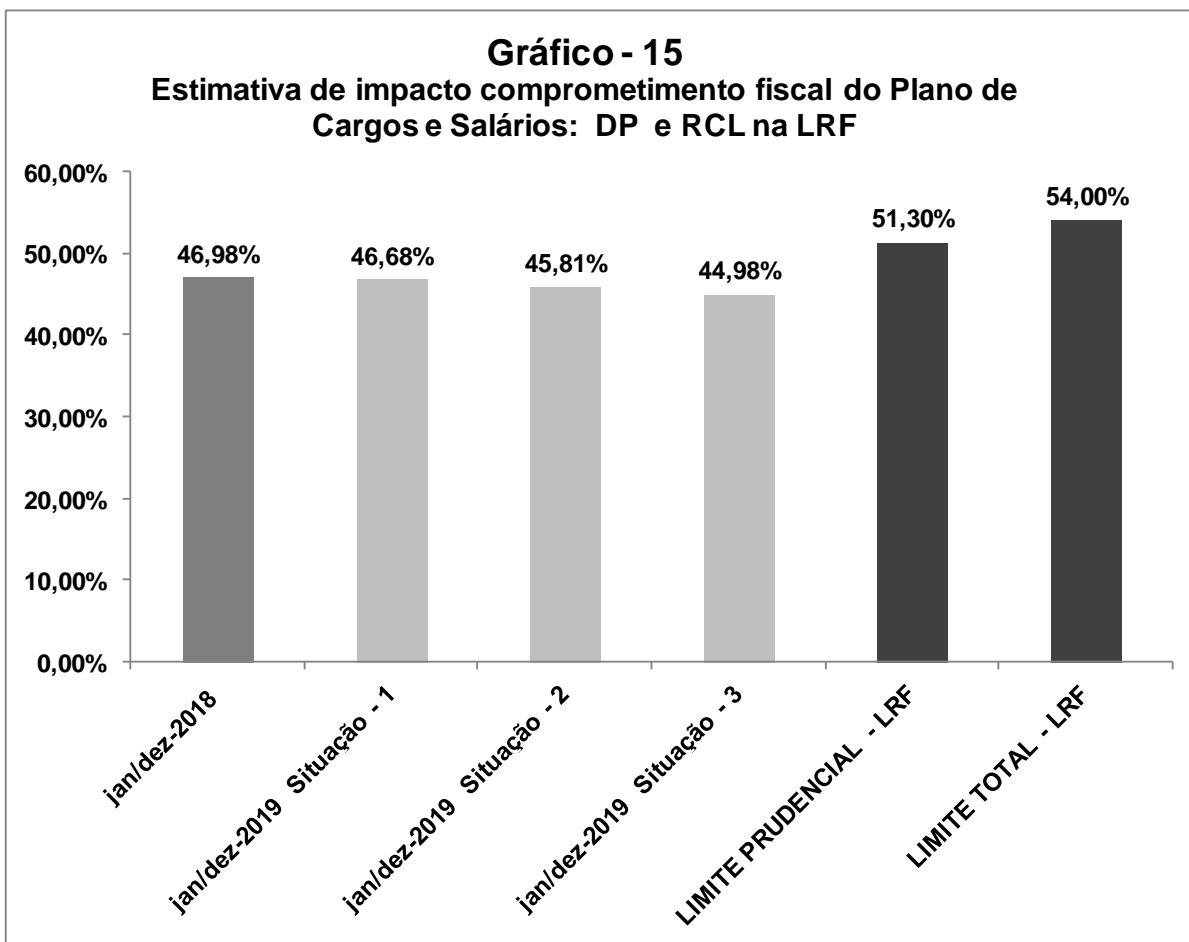
- 1. Com 6% de anual crescimento na RCL
- 1. Impacto Reestruturação PCS com aplicação do mês de julho/2019: 6,90%
- 1. inclui aplicação do reajuste de 8,31% na data-base de 2019.

SITUAÇÃO - 2 - Impacto PCS

- 1. Com 8% de anual crescimento na RCL
- 1. Impacto Reestruturação PCS com aplicação do mês de julho/2019: 6,90%
- 1. inclui aplicação do reajuste de 8,31% na data-base de 2019.

SITUAÇÃO - 3 - Impacto PCS

- 1. Com 10% de anual crescimento na RCL
- 1. Impacto Reestruturação PCS com aplicação do mês de julho/2019: 6,90%
- 1. inclui aplicação do reajuste de 8,31% na data-base de 2019.



Conclusão

A análise das informações fiscais demonstra que a evolução no índice de crescimento da RCL ocorrido no exercício fiscal de 2018 em 10,12%, com o aumento da DTP de 14,87%, o comprometimento da DTP da RCL apresentou percentual muito satisfatório de 43,97%. Mesmo com a conjuntura econômica nacional, que a partir de 2016 vem evidenciando sinais de estagnação com queda recessiva do nível de produção nacional, agravado por índices de desemprego de acima de 10% ao mês.

Os indicadores municipais de endividamento, bem como de disponibilidade de recursos para pagamento de restos a pagar, demonstram equilíbrio acima do satisfatório.

Assim, pode-se afirmar que as estimativas com situações de crescimento da RCL com perfil conservador para o ano de 2019, demonstram que a revisão da inflação do período revisando a data-base mais aumento salarial no total de 8,31%, resulta em comprometimento fiscal da LRF estimado na média de 44% em 2019.

As informações com estimativa para o impacto da implementação do PCS permitem afirmar que o Município apresenta situação fiscal que permite a iniciar a reestruturação do PCS no ano de 2019. As estimativas demonstram que a utilização de 3% do índice de comprometimento para a viabilização do PCS, resulta em impacto fiscal de comprometimento médio da DTP na RCL de 46% no ano de 2019, ficando abaixo dos limites da LRF.